



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001332-43.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Marcos Rogerio Alves Pinto**
 Requerido: **Sky Serviços de Banda Larga Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

MARCOS ROGÉRIO ALVES PINTO, qualificado nos autos ajuizou ação declaratória de inexistência de débito c.c indenização por danos morais c.c pedido liminar em face da ré **SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA**, igualmente qualificada nos autos.

Em suma, sustenta o autor que ao efetuar o pagamento de uma compra, mediante a apresentação de um cheque foi surpreendido com a informação de que o seu nome estaria incluído nos órgãos restritivos de crédito. Ao dirigir-se à Associação Comercial e Industrial de São Carlos para consultar a negativação descobriu que se tratava de uma inscrição realizada pela ré, no valor de R\$ 1.200,00. Tal débito era decorrente da contratação de TV por assinatura. Aduz que nunca contratou com a ré. Tentou por inúmeras vezes solicitar a exclusão de seu nome no cadastro de inadimplentes, porém, sem sucesso. Argui a teoria do desvio produtivo do consumidor, afirmando que deve ser indenizado em razão da inscrição de seu nome no cadastro de inadimplentes o que lhe ocasionou constrangimento e sério abalo moral. Pleiteia: a) a concessão de medida liminar para exclusão de seu nome do

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

banco de dados dos órgãos de proteção ao crédito; b) seja declarada a inexigibilidade do débito, no valor de R\$ 1.200,00, bem como a inexistência de relação jurídica entre as partes, c) a exclusão definitiva de seu nome junto aos órgãos de proteção ao crédito, confirmando-se o pedido liminar; d) a condenação da ré ao pagamento de indenização, a título de danos morais, no valor de R\$ 15.000,00. Requer: i) a inversão do ônus da prova, nos termos da legislação consumerista; ii) a exibição do contrato celebrado entre as partes; iii) a exibição das gravações de todos os contatos entre as partes, desde a suposta contratação dos serviços até a propositura da ação.

Juntou documento (fls.23).

O pleito de antecipação de tutela foi deferido (fls.31).

Em manifestação às fls.42/43 a ré comprovou o cumprimento da liminar.

Citada, a parte ré contestou alegando, em síntese, que deverá ser retificado o pólo passivo da demanda, haja vista a incorporação da ré pela SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA. Esclarece que possivelmente um terceiro de má-fé em posse dos dados do autor vem tirando proveito em malefício de ambas as partes em litígio, portanto, não há que ser responsabilizado. Em pesquisa em seu sistema constatou que a assinatura contratada encontra-se cancelada e sem valores devidos. Batalha pela aplicação de excludente de responsabilidade objetiva, conforme previsto no art. 14, § 3º, II do CDC. Sustenta que inexistente de dano moral capaz de justificar a pretensão do autor, tratando-se apenas de um mero aborrecimento. Sustenta ainda que, em caso de condenação, devem ser observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. No que diz respeito à inversão do ônus da prova, o autor não demonstrou seu cabimento e


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

necessidade.

Impugnação (fls.103/106).

É o relatório.

Fundamento e decidido.

Julgamento antecipado da lide, a teor do que reza o art. 355, I do NCPC, porque se trata de matéria que independe de dilação probatória.

De início, tratando-se de relação de consumo, de rigor, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

A ré não negou os fatos (**cf. fls.89**), porém, atribui a um terceiro de má-fé a responsabilidade pela inserção do nome do autor nos órgãos restritivos de crédito, pugnando pela aplicação de excludente de responsabilidade objetiva, previsto no artigo 14, § 3º, II do Código de Defesa do Consumidor.

No caso em questão, porém, a ré não comprovou a culpa exclusiva do consumidor ou do terceiro e também não teve cautela alguma ao identificar corretamente quem contratou consigo e mais, ao ser informada de que o autor não contratou os seus serviços permaneceu com a cobrança e com a negatização do nome do autor.

Assim sendo, de rigor a procedência do pedido de declaração de inexistência do débito.

Também de rigor a procedência do pedido de condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais. Por óbvio que os transtornos suportados pelo autor superaram a esfera do mero aborrecimento, tendo em vista que o autor jamais contratou serviço de TV por assinatura, conforme admitido pela própria ré (**cf. fls.89**), razão pela qual de rigor a procedência do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pedido. Trata-se de responsabilidade objetiva, nos termos da legislação consumerista. Nesse sentido a Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: 1007483-52.2014.8.26.0009 Ação declaratória de inexistência de débito c.c. reparação de dano moral – Débito objeto de anotação em órgão de proteção ao crédito – Autor que nega a contratação de financiamento para aquisição de veículo - Inexistência de prova – Ônus dessa prova que incumbia aos réus – Inteligência do artigo 333, II, do CPC de 1973 então vigente - Fraude perpetrada - Teoria do risco da atividade - Ilícito praticado - Falha na prestação dos serviços - Responsabilidade Objetiva configurada - Declaração de inexigibilidade do débito confirmada – Dano moral caracterizado - Desnecessária prova efetiva do mesmo - Indenização devida - Valor arbitrado mantido - Sentença inalterada - Recursos desprovidos. (Relator(a): Irineu Fava; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 17ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 17/11/2016; Data de registro: 17/11/2016).

1003023-33.2014.8.26.0361 Ação declaratória e de indenização por danos morais - restrição de crédito - cobrança indevida - danos morais reconhecidos - Súmula nº 385 do Superior Tribunal de Justiça inaplicável - indenização fixada - recurso provido para esse fim. (Relator(a): Coutinho de Arruda; Comarca: Mogi das Cruzes; Órgão julgador: 16ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 25/10/2016; Data de registro: 17/11/2016).

1039799-82.2014.8.26.0506 AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C.C. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - Indevida inserção do nome do apelado em cadastro de proteção ao crédito referente a débito decorrente de suposta contratação de cartão de crédito celebrada por pessoa distinta e não identificada - Não demonstrada

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

existência de relação jurídica entre as partes que desse supedâneo ao apontamento e tampouco de que a ré tenha agido com as cautelas necessárias ao efetuar a contratação (Art. 333, II, CPC/1973) - Débito declarado inexigível - Dano Moral caracterizado - Verba indenizatória devida - "Quantum" fixado em valor não exagerado (R\$ 7.000,00) - Redução - Descabimento - Precedentes da Câmara e do STJ - Recurso desprovido. (Relator(a): Mendes Pereira; Comarca: Ribeirão Preto; Órgão julgador: 15ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 17/11/2016; Data de registro: 17/11/2016).

A inclusão indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, por si só, gera dano moral indenizável. É o denominado *damnum in re ipsa*. Nesse sentido a Jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: Civil. Ação declaratória de inexistência de débito cumulada com pedido de indenização por dano moral. Sentença de procedência. Pretensão à reforma manifestada por ambas as partes. Recurso da ré. Insurgência restrita à pretensão indenizatória. A inclusão indevida em banco de dados de órgão de proteção ao crédito gera dano moral indenizável, *in re ipsa*. Recurso da autora. Majoração da verba honorária cabível, bem assim do valor da indenização, na esteira do entendimento desta Câmara; porém, não no montante pleiteado. **RECURSO DA RÉ DESPROVIDO E DA AUTORA PROVIDO EM PARTE** (Apelação 1022247-54.2015.8.26.0576 Relator(a): Mourão Neto; Comarca: São José do Rio Preto; Órgão julgador: 27ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 23/08/2016; Data de registro: 30/08/2016).

Considerando a condição sócioeconômica das partes, sendo a ré uma das maiores operadoras de televisão por assinatura por satélite, bem

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

como o fato de o autor ter seu nome negativado junto aos órgãos de proteção ao crédito, e ainda o caráter pedagógico da condenação, fixo o dano moral em R\$ 15.000,00 com atualização monetária a partir de sua fixação em sentença (Súmula 362, STJ) e juros de mora a partir da inclusão indevida, o que certamente não importará em enriquecimento sem causa ao autor e tampouco em empobrecimento da ré.

Diante do exposto, julgo procedente os pedidos do autor, confirmando a antecipação de tutela outrora deferida para o fim de: i) declarar inexistente a relação jurídica entre as partes; ii) declarar a inexigibilidade do débito apontado pela ré, no valor de R\$ 1.200,00; iii) condenar a ré ao pagamento de indenização, a título de danos morais, em favor do autor, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir de 01.11.2016, nos termos da fundamentação supra.

Dada a sucumbência, arcará a ré com o pagamento das custas, das despesas processuais e com honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da condenação.

Oficiem-se aos órgãos de proteção ao crédito para exclusão definitiva do nome do autor, em relação ao débito apontado nestes autos.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 23 de maio de 2017.

Juiz(a) Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**